



Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que, o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. DAVID HAPNER, ocorrido no último dia 21 do corrente, na cidade de Cascavel.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à rua Padre Agostinho, 1441, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Sr. David Hapner, enlutou uma das mais tradicionais famílias de Curitiba, causando grande consternação ao seu numeroso grupo de amigos.

David Hapner, constituiu-se num exemplo de dignidade, sempre voltado às causas da justiça e aos problemas sociais. Com sua marcante personalidade, soube transmitir aos seus filhos Ozias Eduardo e Paulo Roberto tudo aquilo que um pai espera dar a um filho, por isso conquistou sempre a amizade e

admiração tanto da família como também de toda a sociedade curitibana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em ata dos trabalhos desta Sessão de um voto de aplausos à Federação Paranaense de Handebol pelo título conquistado por sua equipe feminina nas disputas do Campeonato Brasileiro da modalidade, realizada em Aracaju.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Seleção Paranaense de Handebol Feminino sagrou-se campeã brasileira, nas disputas levadas a efeito em Aracaju. Este é o primeiro título conquistado pelo Paraná em esporte coletivo, categoria principal. Sem dúvida, é um feito histórico para o esporte paranaense e isso somente foi conquistado graças aos esforços da diretoria da Federação Paranaense de Handebol, em especial do seu Presidente, Professor José Carlos de Miranda que, mesmo enfrentando todas as dificuldades da falta de apoio oficial, acreditou no potencial técnico das atletas e, buscando a colaboração de particulares obteve os meios necessários para que o Paraná fosse bem representado no Campeonato Brasileiro realizado em Aracaju. Por isso, há que se registrar o evento em nossa Casa de Leis e do pronunciamento do douto Plenário, solicitamos que se dê conhecimento à entidade, com sede na rua Saldanha Marinho, 250, em Curitiba.

Projeto:

PROJETO DE LEI Nº 102/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado no Município de REALEZA, o Distrito Administrativo de Saltinho, com sede na localidade do mesmo nome e divisas constante da Lei Municipal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A região do Sudoeste de nosso Estado, vem de longa data, mantendo um surto desenvolvimentista dos mais acentuados na história da colonização paranaense. Realeza, um dos municípios que a integram, está a acompanhar esse progresso, às custas da riqueza de seu solo e do trabalho da população. Esse progresso ali gerado, tem se consubstanciado em fator que implica diversas atividades, que estão a exigir dos órgãos municipais e estaduais, condições para que esse mesmo progresso possa se solidificar e expandir em prol de toda a comunidade. Com esse intuito a própria administração municipal já delimitou a área do futuro Distrito Administrativo de Saltinho, o que agora estamos, em consonância com a Lei Orgânica dos Municípios, propondo que se transforme por Lei Estadual, atendendo ao anseio de sua gente que não mede esforços em favor do seu crescimento.

Com isto apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do

expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente, a Presidência consulta às Lideranças dos Partidos se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. — (Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/81, (Projeto de Lei n.º 89/81), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, do Município de Guaraniaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Campo Bonito. **COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO.** — Em votação a Emenda Substitutiva. — **Aprovada, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/82, (Mensagem n.º 11/82, ex-Proposição n.º 14/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, que objetiva a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido Município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/82, (Mensagem n.º 12/82, ex-Proposição n.º 15/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo (n.º 1), a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Guaraci, Mamborê e Tapira, firmados em 26.06.81, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/82, (Mensagem n.º 13/82, ex-Proposição n.º 16/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo (n.º 1), ao convênio n.º 07/81, celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa de Controle da erosão do solo no Noroeste do Paraná. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/82, (Mensagem n.º 14/82, ex-Proposição n.º 17/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Renovação do Convênio 95/80, de Auxílio e Cooperação, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Santa Mariana, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 29/82), que autoriza o Poder Executivo fazer reverter, através de doação à Senhora Mary Iolanda Verlangieri Rocha, uma área de terreno na cidade de Guarapuava, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 65/82), que autoriza o Poder Executivo doar terreno ao Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, Artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/82, de autoria do DEPUTADO LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor "GIL GOUVEIA MACIEIRA". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que denomina "ESCOLA ALFREDO MOISÉS MALUF", a unidade escolar localizada no conjunto Hermann Morais Barros, na sede do Município de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 08, de 10/03/82)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 14/82

O nobre Deputado Antônio Facci propõe a denominação de Escola "Alfredo Moisés Maluf" à unidade escolar localizada no conjunto Hermann Morais Barros, de Maringá.

A matéria pode ser objeto de iniciativa do Deputado, é jurídica e regimentalmente apta a atingir o "climax" do procedimento legislante.

Portanto, opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
FIDELCINO TOLENTINO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 41/82), que acresce parágrafos ao artigo 2.º, da Lei n.º 7041, que dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI N.º 37/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 2.º da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, fica acrescido dos parágrafos 3.º e 4.º com a seguinte redação:

"§ 3.º — A soma do resumo dos quadros de oficiais e de seus postos, previstos na presente lei (anexo 1), mantém-se constante."

"§ 4.º — Para aplicação do parágrafo anterior criam-se automaticamente vagas no quadro de oficiais QOPM em equivalência às extintas, em quantidade e postos estabelecidos no resumo dos quadros de oficiais em extinção (anexo 2)."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, solicito de Vossa Excelência, providências no sentido de fazer com que este Projeto 37/82 que encaminha Mensagem 41/82, que estabelece o efetivo da Polícia Militar, seja remetido à Comissão de Segurança Pública, tendo em vista que este Plenário, constituído de um Deputado apenas, sendo um deles, o que ocupa a tribuna

nesta hora, Presidente da Comissão de Segurança Pública, não tem condições de aprovar esta matéria, porque se trata de uma matéria de alta relevância, uma matéria de alta indagação e ficaria difícil para nós, aprovarmos uma matéria fruto de uma Mensagem Governamental, sem analisá-la na Comissão específica, que é a Comissão de Segurança Pública, aliás, esta preocupação nossa, nós a externamos há dias atrás, quando esta mensagem chegava à Casa.

Então, solicito de Vossa Excelência, regimentalmente, já que os nossos objetivos são os mesmos que os objetivos do próprio Governo, para que nós possamos ter tempo suficiente de analisar a matéria, para saber se ela corresponde aos anseios da classe policial do Estado do Paraná. Nem sempre uma Mensagem encaminhada pelo Poder Executivo preenche os reclamos de uma categoria, de uma classe.

Tivemos exemplo aqui quando da discussão do Estatuto da Polícia Civil, onde o texto original estava muito aquém dos anseios da Polícia Civil do Paraná e a gente não sabe até que ponto esta Mensagem completa ou atinge grande parte da expectativa da Polícia Militar do Estado do Paraná. É uma instituição que nós respeitamos muito, que o Paraná deve muito a ela e temos tido inúmeros contatos com policiais militares pelo interior do Estado.

Então, acho que é a oportunidade que nos oferece para discutirmos esta Mensagem na Comissão específica de Segurança Pública, se faz necessária, Sr. Presidente, até como medida de prudência e ao mesmo tempo, se for o caso, visando aprimorar a Mensagem que o Chefe do Poder Executivo encaminha a esta Casa nesta hora.

Por conseguinte, a nossa intervenção é no sentido de que esta Mensagem seja, apesar de entendermos que está em regime de urgência, encaminhada à Comissão de Segurança Pública para que, dentro deste mesmo caráter de urgência, a Comissão possa se reunir e examinar esta mensagem; se for o caso aprimorá-la, visando exclusivamente atender aos interesses da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, ouvimos atentamente a argumentação feita pelo nobre Deputado José Tavares. A considerávamos até válida se não houvesse um detalhe, se Vossa Excelência, atender ao requerido, o que veda Vossa Excelência regimentalmente atender, esta mensagem seria apreciada apenas com a nova Assembléia, com os novos Deputados. Porque o que o Deputado que me antecedeu na questão de ordem, ou no requerimento que fez, precisa levar em consideração, é que esta Casa está às moscas. Os Srs. Deputados, — não me compete aqui analisar as razões de cada um, não têm comparecido às sessões. A Mensagem governamental que versa sobre esta matéria já está na Casa há muitos e muitos dias, vencidos os prazos regimentais para que cada Comissão sobre ela se pronunciasse, não tivemos a oportunidade de ver nenhum pronunciamento das Comissões Permanentes da Casa.

É matéria urgente, atende os interesses da Polícia Militar do Estado, razão pela qual requeiro a Vossa Excelência que dê prosseguimento à tramitação da mesma.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur).

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência novamente a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para pedir a Vossa Excelência que seja permitida a retirada por duas sessões desta matéria e o requerimento, nos termos do Regimento, em seguida será en-

caminhado à Vossa Excelência para que, pelo menos, tenhamos condições de analisá-la com um pouco mais de cuidado, já que, com toda a honestidade, ficaria difícil para a gente aprovar uma matéria sem ter tido tempo de analisar o seu teor.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento formulado pelo nobre Deputado José Tavares solicitando a retirada, por duas sessões, do Projeto de Lei 37/82. Está em votação. — **Aprovado.**

Fica, conseqüentemente, retirado por duas sessões o Projeto de Lei 37/82.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/82, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO PARANAENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - IPAP", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 39, de 12/05/82).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 58/82

Objetiva o presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, declarar de utilidade pública o "INSTITUTO PARANAENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - IPAP", com sede em Curitiba.

O processo obedece aos mandamentos regimentais e legais, estando em condições de prosseguir sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/82, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a Associação Feminina da Loja Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 47, de 25/5/82)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 64/82

O ilustre Deputado GERNOTE KIRINUS, através do presente Plano de Lei, visa a declaração de utilidade pública da ASSOCIAÇÃO FEMININA DA LOJA DE LONDRINA, com sede na cidade de Londrina.

Reveste-se o processo das formalidades regimentais bem como preenche os requisitos de ordem legal, obediente também aos preceitos constitucionais.

Nestas condições, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 66/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que altera a Lei n.º 5052, de 31.03.65, modificando a denominação da entidade para "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DA MEDALHA MILAGROSA", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 51, de 01/06/82).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 66/82

De autoria do eminente Deputado AIRTON CORDEIRO, objetiva o presente plano de lei alterar a Lei n.º 5052, de 31/03/65, modificando a denominação da entidade para "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DA MEDALHA MILAGROSA", com sede nesta Capital.

O processo obedece às exigências legais e formalidades regimentais, motivo porque não existem óbices de qualquer natureza que impeçam sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nossa opinião é favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo permutar imóvel de propriedade do Estado, por outros imóveis, no Município de Piraquara, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 73, de 03/08/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 80/82

Com o presente plano de lei, o eminente Deputado JOÃO MANSUR objetiva permutar imóvel pertencente ao patrimônio do Estado, por outros imóveis, no Município de Piraquara, conforme especifica.

Depreende-se da justificativa, a medida atende aos interesses da Administração, sendo também de utilidade pública, por destinar-se a entidade beneficente, qual seja a Comunidade Espírita Cristã de Curitiba.

Quanto ao aspecto formal, atende o Projeto em questão às exigências legais e regimentais, motivo porque somos de opinião favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 96/82), que dá nova redação e acresce novo parágrafo ao art. 55 da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973, alterado pela Lei n.º 7434, de 29 de dezembro de 1980. (Lei n.º 7434 — Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná). EM REGIME DE URGÊNCIA. — (Publicado no D.A. n.º 79/82)

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) O mesmo tratamento eu requeriria a Vossa Excelência com relação a este Projeto de Lei n.º 94/82 e, se possível, em relação ao seguinte, 95/82 que trata também do Código de Vencimento da Polícia Militar do Estado do Paraná. Parece que são matérias afins, então eu requeriria também a Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Nas mesmas condições a Mesa coloca em votação o requerimento do Deputado José Tavares, solicitando a retirada por duas sessões dos Projetos de Lei n.ºs 94 e 95/82. Está em votação. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 97/82), que altera os percentuais da gratificação de Função Policial-Militar, conforme especifica. (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, Lei n.º 7434). EM REGIME DE URGÊNCIA. —

(Publicado no D.A. n.º 79/82)

Ficam portando, retirados da Ordem do Dia, por (02) duas sessões os Projetos de Lei n.ºs 94 e 95/82.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Hapner, ocorrido na cidade de Cascavel. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Coronel Oskilde Malucelli, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Gomes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Comissão Executiva que determine o dia 05 de outubro do corrente ano, para a outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Luiz Guimarães Falcão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada para o dia 15 de setembro a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Líbero Massari. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, consubstanciado em apelo, visando a implantação de uma rede de armazéns frigoríficos para produtos perecíveis e de suma importância para as pequenas propriedades agrícolas. Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que determine ao Sr. Primeiro Secretário a leitura em que consiste o apelo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário a leitura do inteiro teor do requerimento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê súmula do requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu vou me retirar da sessão e me abster de votar, porquanto o apelo do Deputado Luiz Alberto Oliveira é dos mais justos. Está Sua Excelência desempenhando o seu papel como Deputado, como representante de parcela do povo paranaense.

Entretanto, Sr. Presidente, não vou cometer aqui a iniquidade de votar um apelo ao mais insensível dos homens públicos conhecidos em toda a história da República brasileira.

Apelar para Delfim Neto e nada, é a mesma coisa. O sofrimento do povo brasileiro já chegou ao seu limite pela insensibilidade desse Ministro que nunca poderia ser Ministro de Estado, mas que não sei porque é mantido lá pelo Presidente da República.

Por essa razão, Sr. Presidente, não votarei nesta Casa mais nada, mais nada que se refira ao Ministro do Planejamento Delfim Neto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. —

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado pedido ao Sr. Secretário de Educação no sentido da restauração do Ginásio Serra dos Dourados, Município de Umuarama - PR. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Secretaria dos Transportes, encarecendo que determine ao Departamento de Serviço de Transporte Comercial, procedendo alteração do horário da linha de ônibus que faz o percurso ligando as cidades de Loanda, São Pedro do Paraná ao Distrito de Porto São José. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Igreja Batista, pela passagem de 80 anos de profícuas atividades no Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expedien-

te à Companhia de Habitação do Paraná, reclamando providências relativas ao conjunto habitacional Padre Piva, da cidade de Castro. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Cinco Srs. Deputados aprovam; dois Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 103/81, 14, 15, 16 e 17/82 e dos Projetos de Lei n.ºs 18, 59 e 83/82.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 14, 58, 64, 66 e 80/82.

Levanta-se a Sessão.